



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Agenda doméstica traz dados de inflação e atividade

O mercado volta as atenções nesta semana para os dados de inflação. O IPCA será divulgado pelo IBGE na quarta (10), com expectativa de queda de 0,15%, a primeira deflação desde ago/24 (-0,02%). Como já captado pelo IPCA-15, a principal contribuição para o recuo esperado no mês deve vir da energia elétrica, influenciada pelos descontos relacionados ao Bônus de Itaipu. O índice também deve ser favorecido por uma nova queda dos preços dos alimentos no domicílio, além da redução dos preços dos combustíveis e passagens aéreas. Em contrapartida, o indicador deve ser pressionado por uma série de reajustes, como jogos de azar, planos de saúde e mensalidades escolares, neste caso, refletindo o início do 2º semestre letivo. No acumulado em 12 meses, o indicador deve desacelerar de 5,23% para 5,10%. Parte desse alívio, contudo, deve ser devolvida no mês seguinte, com a normalização dos preços da energia elétrica (devolução do bônus), quando o índice deve voltar a se situar próximo de 5,2%. De toda forma, o mais relevante será a leitura das métricas qualitativas, como os núcleos e os serviços (subjacentes), fundamentais para a condução da política monetária e que ganharam atenção após sinalizarem alguma piora na última leitura do IPCA-15.

Ainda no *front* inflacionário, a FGV divulgou nesta manhã o IGP-DI de agosto, que avançou 0,20% no mês, após três meses seguidos de deflação. O resultado refletiu o retorno da variação dos itens agropecuários no atacado ao terreno positivo, após registrarem queda de 10,1% nos últimos três meses. A alta foi puxada pelos preços da soja e do café. No acumulado em 12 meses, o indicador mostrou leve aceleração, subindo de 2,91% para 3,00%, mas se mantendo ainda em baixo patamar.

A semana também traz os números de julho do varejo e do setor de serviços, que devem mostrar algum crescimento, mas sem alterar o quadro de desaceleração da atividade. O IBGE divulga os dados do varejo na quinta (11) e do setor de serviços na sexta (12). Para o varejo (ampliado), a expectativa é de alta de 0,9% no mês, devolvendo apenas parte da forte queda observada em junho (-2,5%), indicando que o setor pode voltar a cair no trimestre, diante da moderação do consumo das famílias. Na comparação com julho de 2024, o setor deve recuar 1,6%. Já o setor de serviços deve seguir apresentando números um pouco mais positivos. A expectativa é de alta de 0,3% no mês, emplacando a sexta alta mensal seguida, também com crescimento ante o mesmo período de 2024 (+2,7%), sugerindo que o setor deve seguir em expansão no 3T25.

No cenário internacional, o principal destaque da agenda será a leitura de agosto da inflação ao consumidor nos EUA. O dado será conhecido na quinta (11) e é uma das últimas divulgações relevantes antes da reunião de política monetária do Fed, que ocorrerá na semana que vem, cuja expectativa do mercado é praticamente consensual em torno da redução de 0,25 pp dos juros, especialmente após os dados do *payroll*, que mostraram um enfraquecimento adicional do mercado de trabalho no país. Destaque-se que a expectativa para o indicador não é positiva, com a perspectiva de efeitos das tarifas sobre a inflação. O consenso estima alta de 0,3% para o CPI em agosto, levando o indicador em 12 meses a acelerar para 2,9% (ante +2,7%), enquanto o núcleo deve seguir em 3,1%, permanecendo de forma persistente acima da meta de inflação de 2%. Ainda no tema da inflação, os preços ao produtor (PPI) serão divulgados na quarta (10) e também serão alvo de atenção, após a surpresa negativa com o dado de julho.

Na Europa, o Banco Central Europeu (BCE) se reúne nesta quinta (11) e deve manter novamente as taxas de juros inalteradas. Após ciclo de redução dos juros na região, que reduziu as taxas de depósitos de 4% para 2% aa, o BCE deve manter pela segunda reunião seguida os juros estáveis. Embora a decisão não deva trazer surpresas, os agentes estarão atentos à possibilidade de o Comitê sinalizar uma nova rodada de cortes de juros, diante da inflação próxima à meta (2,0% aa) e do desempenho econômico bastante tímido da Zona do Euro.

Na China, a semana traz dados da balança comercial e de inflação. Os dados do setor externo foram divulgados ontem à noite e mostraram arrefecimento das exportações e importações, com altas de 4,4% e 1,3% ante ago/24, respectivamente, com números abaixo do registrado em julho e do esperado, indicando que a atividade do país segue sem grande dinamismo. Na mesma direção, os números de inflação (CPI e PPI) de agosto devem mostrar que a economia chinesa segue em deflação.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
08/set	FGV: IGP-DI	Ago/25	0,37% m/m 3,31% a/a	-0,07% m/m 2,91% a/a
10/set	IBGE: IPCA	Ago/25	-0,15% m/m 5,10% a/a	0,26% m/m 5,23% a/a
11/set	IBGE: Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)	Jul/25	0,9% m/m -1,6% a/a	-2,5% m/m -3,0% a/a
12/set	IBGE: Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)	Jul/25	0,3% m/m 2,7% a/a	0,3% m/m 2,8% a/a

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
08/set	EUA	Crédito ao Consumidor	Jul/25	US\$ 10,2 bi	US\$ 7,4 bi
08/set	China	Balança Comercial (Exportações / Importações)	Ago/25	5,4% a/a 3,5% a/a	7,2% a/a 4,1% a/a
09/set	China	Inflação ao Consumidor (CPI)	Ago/25	-0,2% a/a	0,0% a/a
09/set	China	Inflação ao Produtor (PPI)	Ago/25	-2,9% a/a	-3,6% a/a
10/set	EUA	Inflação ao Produtor (PPI)	Ago/25	0,3% m/m 3,3% a/a	0,9% m/m 3,3% a/a
10/set	EUA	Estoques no atacado	Jul/25	0,2% m/m	0,1% m/m
11/set	Zona do Euro	BCE: Reunião de Política Monetária	-	2,00% aa; 2,15% aa 2,40% aa	2,00% aa; 2,15% aa 2,40% aa
11/set	EUA	Inflação ao Consumidor (CPI)	Ago/25	0,3% m/m 2,9% a/a	0,2% m/m 2,7% a/a
12/set	EUA	Confiança do consumidor (Univ. Michigan)	Set/25 – prévia	58,0 pts	58,2 pts

Fonte: Bloomberg.



ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

INDICADORES ECONÔMICOS

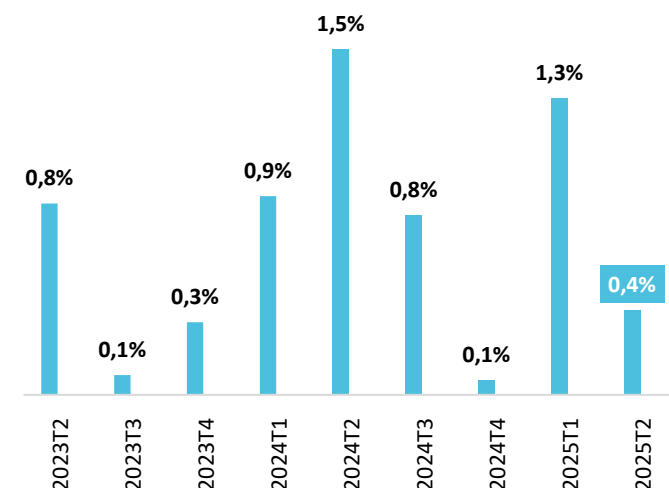
PIB desacelera no 2º trimestre sob impacto da política monetária

O PIB brasileiro cresceu 0,4% no 2º trimestre de 2025, um pouco acima do esperado pelo mercado (+0,3%), mas confirmando o arrefecimento da economia no período, após avançar 1,3% no trimestre anterior. A desaceleração foi puxada pela acomodação do setor agropecuário e pela perda de fôlego da demanda doméstica.

Pela ótica da oferta, a agropecuária ficou praticamente estável no 2º tri, registrando ligeira queda de 0,1%, após liderar a expansão do 1º trimestre (+12,3%), impulsionada na ocasião pela super safra de grãos. O destaque positivo foi o setor de serviços, que se manteve como o “motor da economia”, acelerando em relação ao trimestre anterior com avanço de 0,6% (ante 0,4%). A alta foi disseminada entre suas atividades, com destaque para os serviços de intermediação financeira (+2,1%), informação (+1,2%), transporte (+1,0%) e outros (+0,7%), que englobam os serviços prestados às famílias. A indústria também acelerou, avançando 0,5% após estabilidade no 1T25, mas com expansão concentrada na indústria extrativa (+5,4%), com o aumento da extração de petróleo/gás. Já os segmentos mais cíclicos, como a indústria de transformação (-0,5%) e a construção (-0,2%), registraram a segunda queda seguida, ambos afetados pela política monetária restritiva. A produção de eletricidade e gás, água e esgoto também recuou (-2,7%), refletindo a piora das condições hídricas, que elevou o custo da energia (bandeiras tarifárias) e reduziu o consumo.

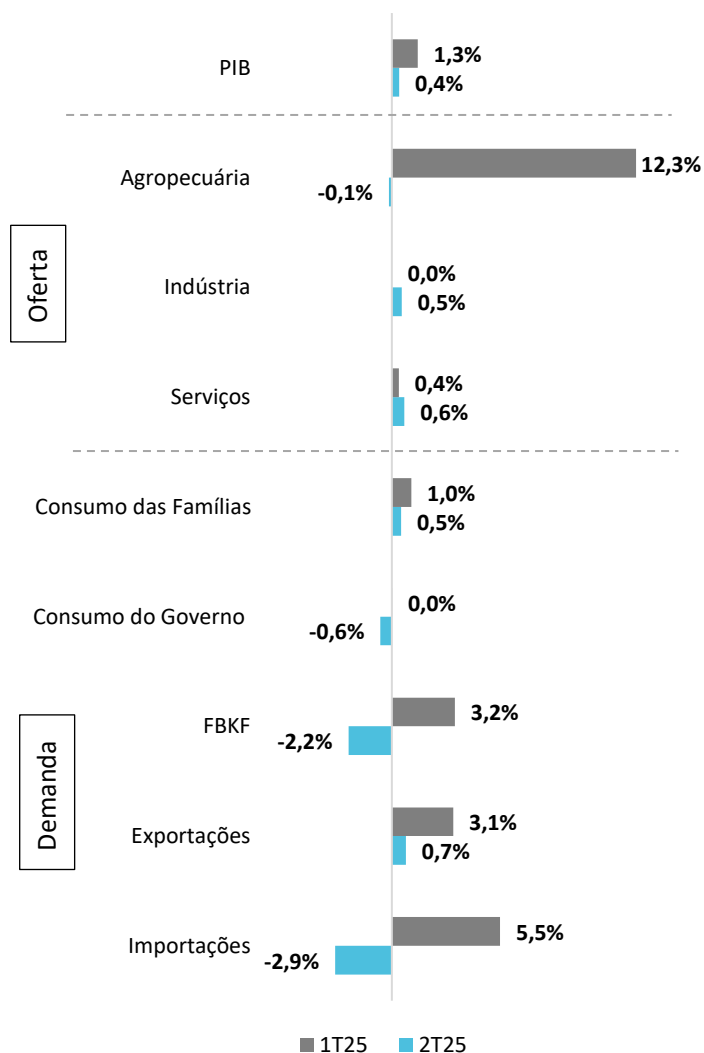
Sob a ótica da demanda, os juros elevados mostraram sinais de maior impacto sobre a atividade. O consumo das famílias seguiu em expansão (+0,5%), apoiado pelo mercado de trabalho aquecido e pelas transferências de renda do governo, mas em ritmo menor do que no trimestre anterior (+1,0%). A formação bruta de capital fixo interrompeu uma sequência de 6 trimestres de crescimento, recuando 2,2% e reduzindo a relação investimento/PIB para 16,8% (ante 17,8% no 1T25), se mantendo em baixo nível para sustentar taxas mais elevadas de crescimento sem gerar pressões inflacionárias. O consumo do governo também recuou (-0,6%), após estabilidade no 1º tri. Com a demanda interna mais fraca, as importações recuaram 2,9% (embora, em parte, também devido à importação de uma plataforma de petróleo no 1T25, que elevou a base de comparação), enquanto as exportações cresceram 0,7%. Dessa forma, o setor externo, que vinha sendo pressionado pela demanda interna aquecida, voltou a dar contribuição positiva ao PIB.

Quadro 1: PIB – Var.% trimestral



Fonte: IBGE

Quadro 2: PIB e Aberturas – Var.% trimestral



Fonte: IBGE

No geral, os números confirmaram que a economia está em trajetória de moderação gradual, com desaceleração mais visível sobre as atividades mais sensíveis à política monetária, como a indústria de transformação, construção e os investimentos. O consumo das famílias e os serviços mostram maior resiliência, mas também com alguns sinais de perda de fôlego. Neste sentido, fica claro, conforme Quadro 3, que os componentes mais cíclicos da atividade vêm desacelerando após pico no 3T24, enquanto aqueles menos cíclicos (agro/extrativa, por exemplo), ainda mostram dinamismo, contribuindo para sustentar o crescimento da economia em um patamar razoável.

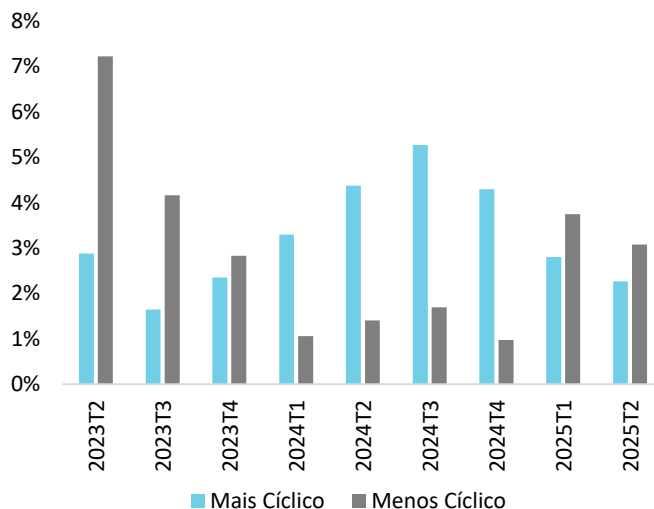
O resultado do 2T25 deixou um carregamento estatístico de alta de 2,4% do PIB para 2025, ou seja, supondo que a economia fique estável no 3º e 4º trimestres. Contudo, dada a perspectiva de continuidade desse processo de perda de fôlego da atividade ao longo do 2º semestre, em meio não apenas à política monetária contracionista, mas também aos impactos da política comercial (tarifas) dos EUA, a tendência é que o crescimento seja um pouco menor, em linha com as atuais projeções do consenso, de 2,2%. Nota-se que, embora relativamente positivo diante do elevado nível dos juros, representará o menor crescimento dos últimos quatro anos (média de 3,6%). Por fim, do ponto de vista da política monetária, o dado não parece alterar o cenário-base de desaceleração gradual da economia do Banco Central, que deve manter sua postura cautelosa quanto à possibilidade de redução da taxa Selic no curto prazo.

Nesta direção, os números de julho da indústria indicaram que o setor segue com baixo dinamismo no 3º trimestre. A produção industrial caiu 0,2% no mês, o quarto mês seguido sem crescimento, acumulando retração de 1,5% no período. O resultado até veio um pouco melhor do que o esperado (-0,3%), mas sem alterar o quadro de enfraquecimento do setor.

No mês, o desempenho foi predominantemente negativo, com recuo em 13 das 25 atividades analisadas. Destaque para as retrações em metalurgia (-2,3%), produção de bebidas (-2,2%), equipamentos eletrônicos (-2,0%) e produtos diversos (-3,5%). Entre as grandes categorias, houve recuo em bens de capital (-0,2%) e em consumo de bens duráveis (-0,5%), enquanto os semi/não duráveis permaneceram praticamente estáveis (+0,1%). A exceção ficou por conta dos bens intermediários (+0,5%), impulsionados pela indústria extrativa (+0,8%).

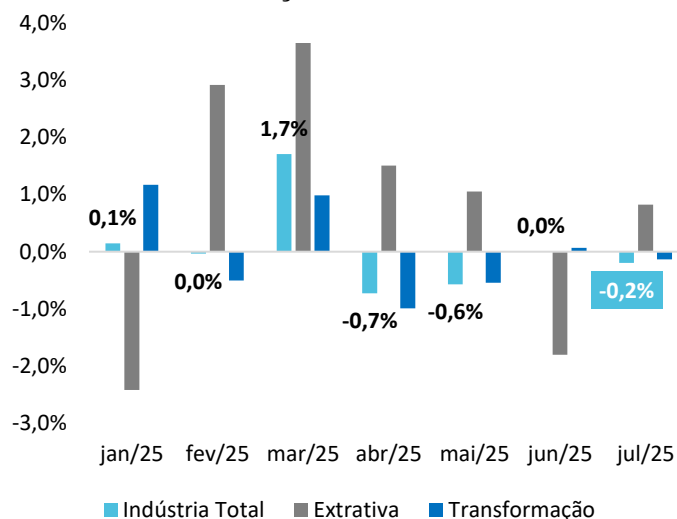
Assim, o resultado reforça que a perda de ímpeto da indústria está concentrada no segmento de transformação, mais sensível à política monetária, enquanto o segmento extrativo segue apresentando um comportamento positivo.

Quadro 3: Decomposição do PIB em Atividades Mais e Menos Cíclicas – Var.% interanual



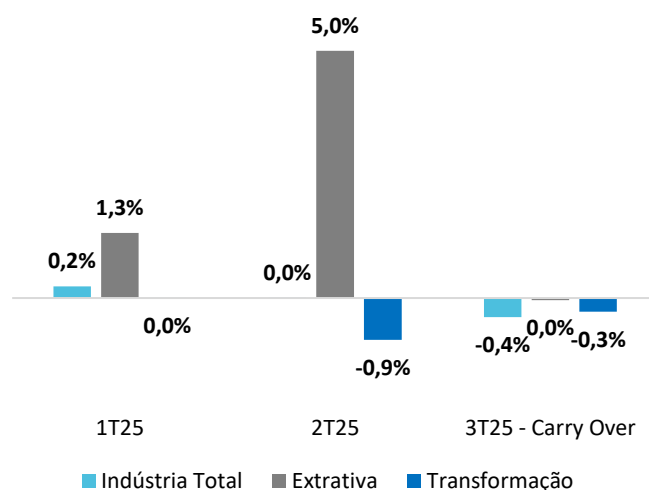
Fonte: IBGE. Menos cíclicas: Agropecuária, Indústria Extrativa, Produção de energia/gás/água/esgoto, Atividades Imobiliárias e Administração, saúde e educação pública. Mais cíclicas: demais.

Quadro 4: Produção Industrial – Var.% mensal



Fonte: IBGE

Quadro 5: Produção Industrial – Var.% trimestral e Carry Over 3T25



Fonte: IBGE

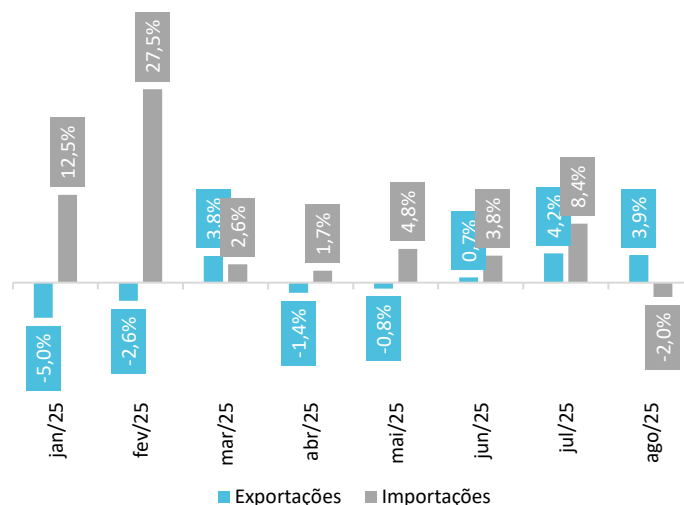
Para ilustrar este ponto, o *carry over* da indústria de transformação está negativo em 0,3% para o 3º trimestre, mesmo após queda de 0,9% no 2T25. Já para a indústria extrativa, o carregamento aponta estabilidade no trimestre, apesar da forte base de comparação, após alta de 5,0% no 2T25 (e alta acumulada de 7,0% nos últimos 3 trimestres). Portanto, os dados mostram que a indústria segue sem dinamismo, com risco de retração no trimestre. Adicionalmente, o setor ainda será pressionado pela imposição de tarifas de importação dos EUA neste 2º semestre, fato que pode aprofundar tal movimento de desaceleração.

Com relação ao comércio exterior, a balança comercial registrou superávit de US\$ 6,1 bilhões em agosto, em linha com o esperado pelo mercado (US\$ 6,2 bi) e acima do observado no mesmo mês do ano passado (US\$ 4,5 bi).

As exportações totalizaram US\$ 29,9 bi no mês, alta de 3,9% ante ago/24, segunda maior taxa de expansão do ano, abaixo apenas do observado em julho (+4,2%). A expansão foi sustentada pelo aumento das vendas (em valor) de itens extrativos (+11,3%) e agropecuários (+8,3%), como petróleo bruto (+18%) e milho (+17,9%). Por outro lado, as vendas de bens industriais caíram 0,9% ante o mesmo período de 2024, com queda das vendas de açúcares (-16,1%), combustíveis (-18,1%), entre outros. Neste sentido, importante destacar que o avanço das exportações foi puxado pela China (+29,9%), principal destino de *commodities* agrícolas e minerais do país, enquanto as vendas para os EUA recuaram 18,5% (ou US\$ 629 mi) na comparação com ago/24, já apresentando os primeiros efeitos negativos das tarifas sobre as exportações brasileiras, ainda que de forma limitada. Já as importações recuaram 2,0% ante ago/24, registrando o primeiro resultado negativo neste comparativo no ano, refletindo a desaceleração da atividade doméstica. A queda ocorreu nas compras de bens de capital (-10,1%) e de consumo (-9,0%).

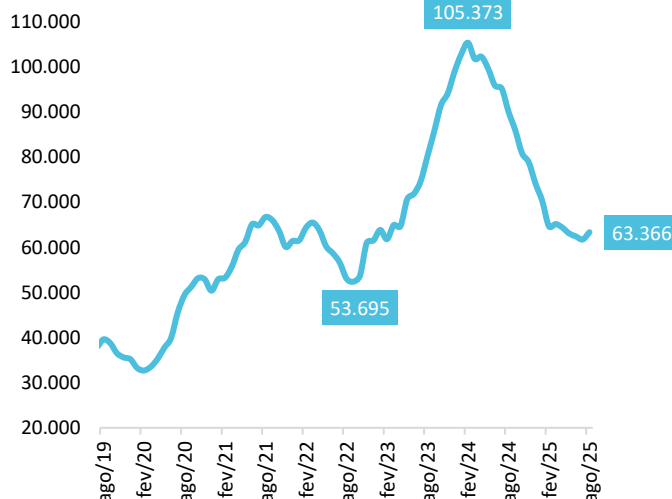
No acumulado do ano, a balança atingiu um superávit de US\$ 42,8 bi, queda de 20,2% em relação ao mesmo período de 2024, quando ficou em US\$ 53,6 bi. No ano, as importações ainda apresentam alta de 6,9%, enquanto as exportações seguem praticamente estáveis (+0,5%). Em 12 meses, o saldo atingiu US\$ 63,4 bi. Nesse contexto, as projeções do mercado para o saldo comercial deste ano vem caindo, atingindo US\$ 65,0 bi, ante expectativa do início do ano de US\$ 74 bi, próximo ao observado em 2024 (US\$ 74,2 bi).

Quadro 6: Exportações e Importações Var.% ante o mesmo mês do ano anterior



Fonte: Secex/Mdic

Quadro 7: Balança Comercial – Saldo acumulado em 12 meses – Em US\$ mi



Fonte: Secex/Mdic

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

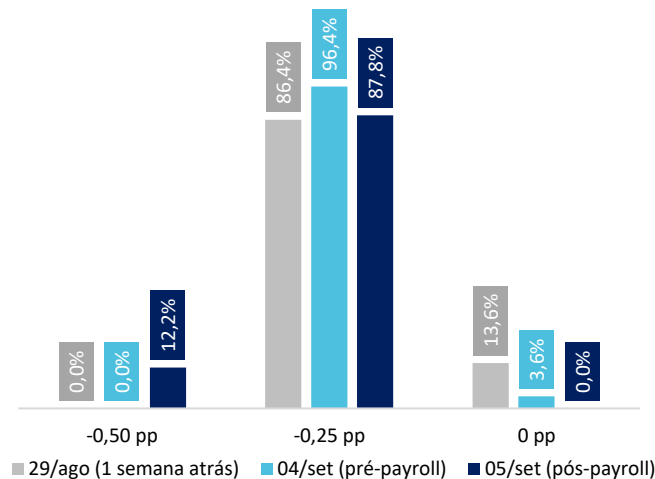
Mercado de trabalho nos EUA traz novos sinais de enfraquecimento

A semana foi marcada por novos sinais de enfraquecimento no mercado de trabalho (*payroll*) dos EUA, que levaram a uma consolidação das apostas de que o Fed irá retomar o ciclo de cortes dos juros na reunião de setembro. Mais do que isto, já há discussões sobre a possibilidade de um corte de 0,50 pp, porém, o consenso ainda espera uma abordagem mais gradual (-0,25 pp), segundo dados da ferramenta CME. Além disso, também virou unanimidade a expectativa de corte de juros nas três reuniões restantes do ano. Como consequência, os rendimentos das *Treasuries*, especialmente de curto prazo (2 e 5 anos), o dólar e o petróleo, caíram na semana. Tal movimento beneficiou os ativos de risco dos países emergentes, como o Ibovespa, que fechou a semana com alta próxima a 1,0%. Outro fato que movimentou a semana foi a decisão de um tribunal federal de apelações dos EUA de que a maioria das tarifas impostas aos países estrangeiros seria ilegal. De toda forma, as alíquotas seguem válidas até julgamento pela Suprema Corte do país, que deve ocorrer apenas em outubro.

Em relação aos dados divulgados na semana, o *payroll* registrou a criação de 22 mil vagas de emprego em agosto, bem abaixo do esperado (+75 mil) e com nova revisão negativa dos dados dos dois meses anteriores, da ordem de 21 mil vagas, trazendo assim, sinais adicionais de desaceleração do segmento. A criação de vagas seguiu positiva em setores como educação e saúde (+46 mil), enquanto houve reduções nos setores de serviços (-25 mil) e no governo (-16 mil). Já a taxa de desemprego subiu para 4,3% (ante 4,2%), maior nível desde out/21 (4,5%). Também foram divulgadas as leituras finais dos indicadores antecedentes de agosto. No setor industrial, o índice ISM também mostrou moderação da atividade, ao atingir 48,7 pts, permanecendo abaixo do nível neutro de 50 pts. O Livro Bege divulgado pelo Fed, por sua vez, mostrou que a maioria dos distritos enxergaram pouco ou nenhum crescimento no período anterior à divulgação do documento.

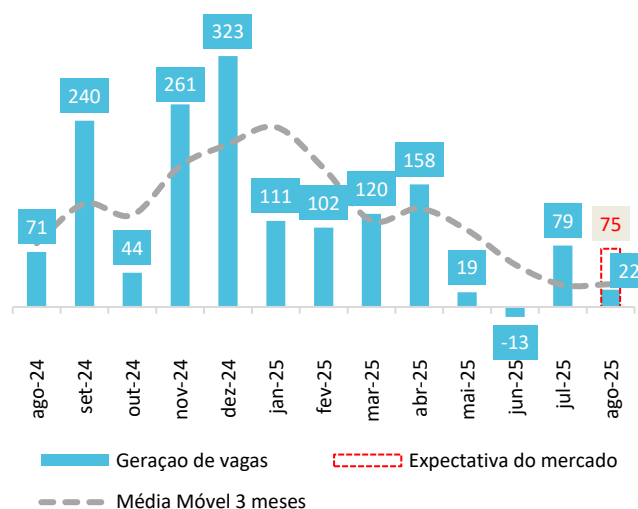
Na Zona do Euro, a prévia da inflação de agosto (CPI) subiu 0,2% no mês, concentrado nos preços de bens e serviços (ambos +0,3%), enquanto energia e alimentos apresentaram deflação. Em 12 meses, o indicador ficou em 2,1%, com o núcleo se mantendo em patamar ligeiramente superior (2,3%). Em relação à atividade, o índice PMI mostrou que a indústria e os serviços cresceram simultaneamente no mês (acima de 50 pts), algo que não ocorria em mais de três anos (desde jun/22), dada a fraqueza da manufatura da região no período.

Quadro 8: Evolução da probabilidade de redução dos juros pelo Fed na reunião de setembro



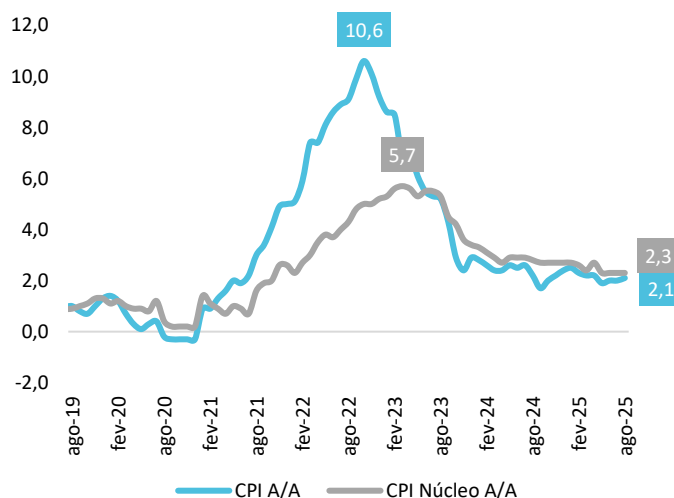
Fonte: CME Group.

Quadro 9: EUA – Geração de Vagas de Emprego Em milhares



Fonte: Bloomberg

Quadro 10: Zona do Euro – Inflação ao Consumidor (CPI) – Var. % a/a



Fonte: Bloomberg

Banco Central – Regulação

CRÉDITO / BANCOS

O Banco Central anunciou, na sexta-feira passada, diversas medidas para reforçar a segurança do Sistema Financeiro Nacional, com ênfase nas instituições de pagamento, nos prestadores de serviços de tecnologia para esse segmento e para as instituições financeiras de menor porte.

Para instituições de pagamento não autorizadas e as que se conectam à rede do Sistema Financeiro Nacional via Prestadores de Serviços de Tecnologia da Informação (PSTI) foi limitado em R\$ 15 mil o valor de TED e Pix. A limitação poderá ser removida quando o participante e seu respectivo PSTI atenderem aos novos processos de controle de segurança. Os participantes que atestarem a adoção de controles de segurança da informação poderão ser dispensados da limitação por até 90 dias.

O prazo final para que instituições de pagamento não autorizadas a funcionar pelo BC solicitem autorização para funcionamento foi antecipado para maio de 2026, ante dezembro de 2029. E, passa a ser obrigatória a autorização do BC para que as novas IPs comecem a operar. Lembre-se que até agora, as IPs podiam iniciar suas atividades a partir do pedido de autorização ao BC, não precisando aguardar o seu deferimento.

Também foram introduzidos novos controles sobre as operações das instituições de pagamento. Somente integrantes dos segmentos S1, S2, S3 ou S4, que não sejam cooperativas, poderão atuar como responsáveis no Pix por instituições de pagamento não autorizadas. Os contratos vigentes deverão ser adequados em até cento e oitenta dias.

O BC poderá requerer certificação técnica ou avaliação emitida por empresa qualificada independente que ateste o cumprimento dos requisitos autorizativos. A instituição de pagamento que já estiver prestando serviços e tenha seu pedido de autorização indeferido deverá encerrar suas atividades em até 30 dias.

Também foram elevados os requisitos e controles para o credenciamento dos PSTI. Passa-se a exigir capital mínimo de R\$ 15 milhões. A norma entra em vigor imediatamente e os PSTI em atividade têm até quatro meses para se adequarem.

A Febraban considera que o Banco Central, com as medidas emergenciais anunciadas na última sexta, deu uma resposta firme a um padrão criminoso de ataques recentes que visavam, não apenas subtrair recursos das próprias Instituições Financeiras, mas também usar alguns segmentos como esconderijo para abrigar o fluxo do dinheiro oriundo do crime organizado.

Importante ressaltar que nenhuma das medidas que o Banco Central adotou trará qualquer impacto para o normal funcionamento do Pix, que continuará com todas suas comodidades para as pessoas e empresas que utilizam, no dia a dia, essa importante ferramenta de pagamento e de transferência de recursos.

A Febraban, portanto, recebe, como muito bem-vindas, essas medidas, as quais, embora excepcionais, são imprescindíveis neste momento, pelo potencial de funcionarem como freio de arrumação e de contenção, bem como para dificultar fraudes, golpes e ataques cibernéticos de alto valor. Com operações mais fracionadas, aumenta as chances de detecção pelo Banco Central e pelos participantes do sistema de pagamentos.

A Febraban considera que o Banco Central constatou o atual cenário crítico de avanço de organizações criminosas como um momento crucial de depuração, para fortalecer a segurança e a integridade das instituições que compõem o sistema financeiro, buscando blindá-las do crime organizado. E, ao proteger as instituições financeiras, o Banco Central igualmente preserva seus usuários e seus clientes.

Assim, as novas regras que o Banco Central adotou começam a endereçar, com especial acerto, o que já se mostrava urgente, ou seja, o reequilíbrio de alguns pilares da estabilidade do sistema financeiro, que não podem mais ter preponderância entre si: i) abertura do mercado, ii) concorrência e competição, iii) inovação, iv) integridade dos segmentos da indústria, v) segurança das operações e dos clientes, bem como (vi) controles e punição.

Banco Central – Regulação

CRÉDITO / BANCOS

Essa balança se desequilibrou nos últimos anos, em especial com a proliferação de instituições com criticidades em suas infraestruturas e que se tornaram elos vulneráveis. Esse quadro possibilitou que o crime organizado se aproveitasse, não só de suas estruturas frágeis, mas por estarem fora do radar do regulador, para desenhar engenharias que servissem como canais e veículos da criminalidade financeira. Em síntese, na visão da Febraban:

- a redução do prazo para regularizar instituições não autorizadas, agora antecipado para maio de 2026, foi uma decisão extremamente acertada, para garantir a adequação aos padrões mínimos regulatórios e a integridade das instituições;
- essa antecipação do prazo reforça a nossa posição de que não se pode admitir que uma instituição que acesse o sistema de pagamentos e o mercado financeiro, independentemente do seu porte, ofereça qualquer produto sem prévia autorização do BC;
- embora os ataques mais recentes não tenham gerado impacto para os cidadãos e clientes bancários, as medidas do Banco Central são uma resposta emergencial e necessária para reduzir as investidas de organizações criminosas que praticam fraudes, golpes financeiros e ataques cibernéticos por meio de instituições que ainda têm problemas de gestão e de segurança de suas infraestruturas;
- a implementação de limites operacionais de R\$ 15 mil, para transações realizadas por Fintechs não reguladas ou através de integradores de sistemas, como Provedores de Serviços de Tecnologia (PSTIs), foi uma medida dura, mas crucial para, neste cenário agudo, conter os ataques que movimentaram bilhões de reais nos últimos dois meses;
- com os novos limites operacionais, a capacidade de pulverização e escoamento de recursos de fraudes, golpes e ataques é bastante minimizado, bem como a capacidade de detecção fica mais facilitada;
- acertadamente, com as novas regras, as Fintechs e as demais instituições integradoras do sistema somente poderão ultrapassar os limites estabelecidos após obtida a autorização do Banco Central;
- essas medidas conferem ao sistema financeiro maior integridade e segurança de suas transações, em especial nas operações com Pix e TED; estabelecem, ainda, diretrizes mais rigorosas para punir instituições que não se ajustarem às novas normas de governança, capital e de segurança, dentre outros critérios mínimos para começarem a operar; e
- nesse sentido, novos participantes no sistema financeiro somente poderão operar mediante autorização do regulador e instituições que já operam, mas que não se adequarem às novas normas, podem ser excluídas do sistema financeiro.

A Febraban considera que as medidas do Banco Central fazem parte de mais um passo relevante e de um processo contínuo de aprimoramento da regulação e da supervisão, aliás, conforme dito pelo próprio BC na coletiva de imprensa, a Febraban entende:

- como necessária a urgente revisão das normas que regulam a conta bolsão, com a indispensável individualização das contas transacionais; a fixação de norma que traga punição severa, inclusive o banimento do sistema financeiro, para quem aluga ou empresta sua conta para o trânsito de recursos oriundos de golpes, fraudes e ataques cibernéticos; regulamentação das operações com criptoativos e de instituições BaaS, para impedir que sirvam de canais de escoamento dos recursos oriundos de fraudes, golpes e ataques cyber; provisão de maior contingente para as equipes de supervisão, que precisarão ser reforçadas.

As medidas anunciadas e as que estão por vir precisam ser capazes de permitir identificar e segregar quais agentes do sistema financeiro estão, ou não, a serviço do crime organizado. Isso é fundamental, diante do cenário que emergiu com diversos novos players de mercado, que não se submetem ao mesmo rigor dos controles de integridade e de prevenção a ilícitos financeiros.

Os agentes que atuam na indústria financeira, sem exceção, devem ser obrigados a ter uma política firme de integridade, aparelhados e com procedimentos, controles e ferramentas que possam monitorar, identificar e comunicar as operações suspeitas ou atípicas de seus clientes.

Relatório Mensal da Caderneta de Poupança – Ago/25

Os dados da caderneta de poupança continuam indicando saída de recursos da modalidade, com os saques superando os depósitos em R\$ 7,6 bilhões em agosto, conforme divulgado pelo Banco Central do Brasil (BCB). O número é bem pior do que o registrado no mesmo mês em 2024 (R\$ -0,4 bi, com dados já ajustados pelo IPCA).

Portanto, após os dados ligeiramente positivos dos meses de maio e junho, que contaram com o adiantamento do 13º salário para os aposentados e pensionistas do INSS, os números do 3º trimestre voltaram ao terreno negativo, em linha com a perda estrutural de recursos da caderneta.

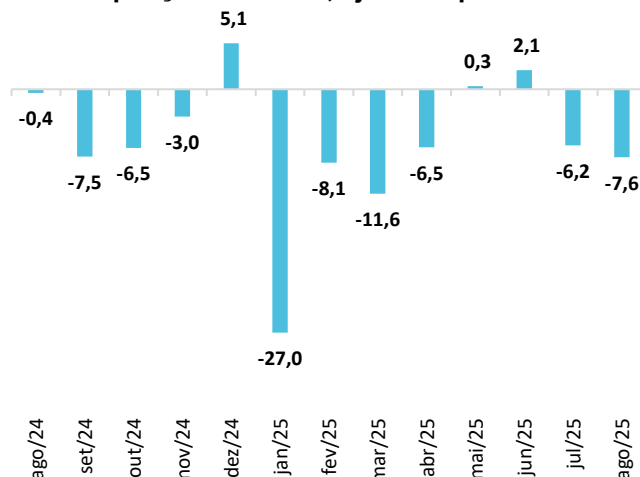
No acumulado do ano, os saques superam os depósitos na caderneta de poupança em R\$ 64,5 bi (ou -0,51% do PIB). O valor é bem mais negativo do que o registrado no mesmo período do ano passado (R\$ -4,8 bi; -0,04% do PIB), mas ainda um pouco melhor do que o observado no mesmo período de 2022 e 2023, -0,88% e -0,75% do PIB, respectivamente.

Com isso, o saldo da caderneta de poupança atingiu R\$ 1,019 tri, praticamente estável desde o fim do ano passado (-4,3% em termos reais). Em proporção ao PIB, o saldo representa 8,2%, patamar próximo ao final de 2007. Boa parte dos recursos da caderneta têm migrado para outros investimentos mais rentáveis, como as letras de crédito (LCA/LCIs), cujo estoque atingiu 8,8% do PIB (R\$ 1,078 tri) em agosto, já superando os recursos da caderneta. Note que os recursos depositados nas letras de crédito cresceram de forma significativa nos últimos 4 anos, quando aumentaram 2,5 vezes em proporção ao PIB no período (de 3,6% para 8,8%), enquanto a caderneta caiu de 13,6% para 8,2%.

No geral, as divulgações do Relatório de Poupança seguem mostrando perda de recursos do instrumento, movimento que parece ser de natureza estrutural, mas intensificado pelo alto patamar da taxa Selic. Com isso, importante evitar um aumento do custo de captação das LCIs, com a possível tributação da modalidade (como previsto na MP 1303), fato que tenderia a encarecer e dificultar ainda mais a oferta de crédito habitacional na economia.

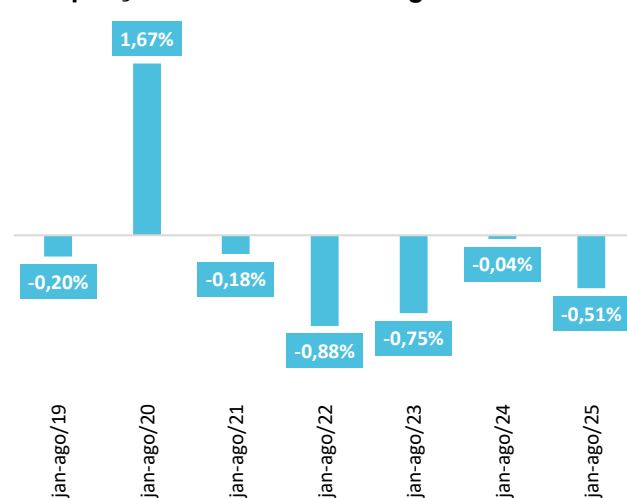
CRÉDITO / BANCOS

Quadro 11: Captação Mensal Líquida da Caderneta de Poupança - Em R\$ bi, ajustado pelo IPCA*



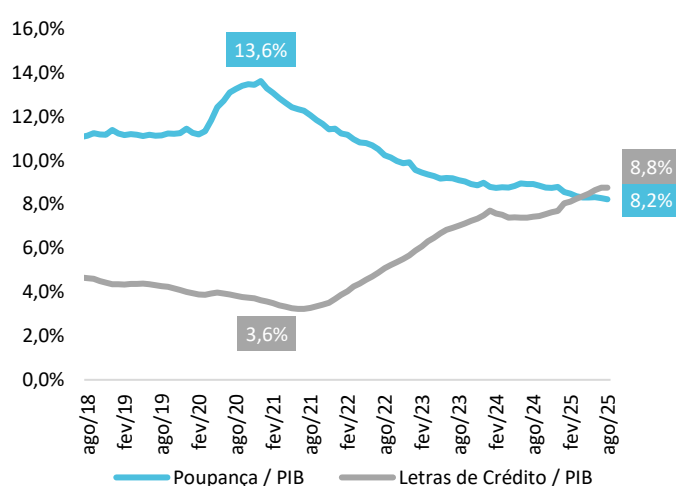
Fonte: Bacen. *Boletim Focus.

Quadro 12: Captação Líquida da Caderneta de Poupança – Acum. Janeiro a Agosto - Em % do PIB



Fonte: Bacen.

Quadro 13: Saldo da Caderneta de Poupança e das Letras de Crédito – Em % do PIB



Fonte: Bacen.



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2025				2026			
	05/09/25	29/08/25	08/08/25	Viés	05/09/25	29/08/25	08/08/25	Viés
IPCA (%)	4,85	4,85	5,05	↔	4,30	4,31	4,41	▼
PIB (% de crescimento)	2,16	2,19	2,21	▼	1,85	1,87	1,87	▼
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	15,00	15,00	15,00	↔	12,50	12,50	12,50	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,55	5,56	5,60	▼	5,60	5,62	5,70	▼

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	29/08/25	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,41	-0,31%	-0,31%	-12,38%	-4,06%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	136,93	0,05%	0,05%	-36,31%	-12,13%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	14,91	-0,01%	-0,01%	21,00%	41,34%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	14,31	-0,40%	-0,40%	-7,13%	22,58%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	13,47	0,09%	0,09%	-13,63%	12,67%
Índice Ibovespa (em pontos)	142.640,14	0,86%	0,86%	18,59%	4,80%
IFNC (setor financeiro)	15.752,83	1,22%	1,22%	33,16%	9,61%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	4,50	0,00%	0,00%	0,00%	-18,18%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	3,51	-2,97%	-2,97%	-17,27%	-6,26%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,07	-3,65%	-3,65%	-10,12%	9,32%
Dollar Index	97,72	-0,06%	-0,06%	-9,63%	-3,35%
Índice S&P 500 (em pontos)	6.481,50	0,33%	0,33%	9,73%	17,77%
Índice de ações de bancos – EUA	125,73	0,01%	0,01%	4,69%	12,41%
Índice Euro Stoxx 50	5.318,15	-0,63%	-0,63%	9,22%	10,45%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	223,69	-0,32%	-0,32%	53,90%	58,12%
Barrel de Petróleo - tipo Brent (US\$)	65,60	-3,70%	-3,70%	-11,82%	-9,75%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 Daniel Casula
 João Vítor Siqueira